



Bruxelas, 22 de novembro de 2019
(OR. en)

14303/19

SAN 473
SOC 757
ECOFIN 1053
COMPET 754

NOTA

de: Secretariado-Geral do Conselho
para: Comité de Representantes Permanentes/Conselho

Assunto: Preparação da **reunião do Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores)** de 9 de dezembro de 2019
Economia do bem-estar - próximas etapas do investimento na saúde enquanto componente essencial
- Debate de orientação

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, uma nota da Presidência. A presente nota destina-se a servir de base para o debate de orientação sobre "A economia do bem-estar – próximas etapas do investimento na saúde enquanto componente essencial", que terá lugar na reunião do Conselho (EPSCO) prevista para 9 de dezembro de 2019.

Economia do bem-estar – próximas etapas do investimento na saúde enquanto componente essencial

Em 24 de outubro de 2019, o Conselho da União Europeia adotou conclusões¹ sobre a economia do bem-estar que a descrevem como **a nova abordagem horizontal na tomada de decisões políticas, na definição de prioridades e na governação.**

As conclusões destacam a forma como **a economia do bem-estar coloca as pessoas e o seu bem-estar no centro da elaboração de políticas e da tomada de decisões e sublinham que, segundo a economia do bem-estar, o bem-estar das pessoas e o crescimento económico sustentável** são fatores que se reforçam mutuamente, em vez de objetivos contraditórios que se excluem. Em particular, a economia do bem-estar pressupõe a colaboração transversal entre diferentes domínios de intervenção, como a saúde, a proteção social, o emprego, a igualdade de género, a competitividade, o ambiente e a educação.

A saúde é um fator determinante e uma componente essencial do bem-estar. O impacto positivo exercido pela melhoria do estado de saúde noutros aspetos que contribuem para o bem-estar humano (como o nível de instrução e a participação no mercado de trabalho) e na economia que significa para o conjunto da sociedade ultrapassa largamente a mera influência no crescimento do produto interno bruto. Por outro lado, os problemas de saúde impõem encargos económicos significativos à sociedade e às finanças públicas, além do sofrimento humano que implicam. Do ponto de vista económico, **prevenir os problemas de saúde e promover a saúde** são formas mais eficazes de aumentar o bem-estar do que apenas curar doenças quando elas aparecem.

A concretização da economia do bem-estar assenta no crescimento sustentável como condição prévia para a melhoria do bem-estar das pessoas, o que, por sua vez, é uma condição prévia para o crescimento sustentável. Tais políticas têm de ser apoiadas por uma investigação e inovação baseadas em dados. A União Europeia dispõe de instrumentos, como o programa Horizonte Europa, destinados a reforçar a base de conhecimentos para a promoção do bem-estar.

¹ Conclusões do Conselho sobre a economia do bem-estar adotadas em 24 de outubro de 2019 (documento 13432/19)

A economia do bem-estar assenta em valores europeus fundamentais como a solidariedade, o respeito pelos direitos humanos; a proteção social, o acesso universal à prestação de cuidados, à igualdade de género, ao acesso à educação e a condições de trabalho seguras. Entre os objetivos fundamentais da UE contam-se a garantia do respeito pela dignidade humana e a promoção do bem-estar das pessoas, em conformidade com o consagrado no Tratado da União Europeia (artigos 2.º e 3.º).

As conclusões do Conselho abordam vários temas importantes estreitamente relacionados com a política de saúde. Neste contexto, a Presidência gostaria de salientar, em especial, a saúde mental, o envelhecimento saudável e a transformação digital dos serviços de saúde e sociais.

Sem saúde mental não há saúde. A saúde mental é uma das condições de base fundamentais para o bem-estar. Uma ação sistemática e orientada para resultados destinada a enfrentar os problemas suscitados pela doença mental a nível nacional e da UE inclui a prevenção, a deteção precoce e o tratamento das dificuldades de aprendizagem e dos problemas de saúde mental, a aplicação das melhores práticas para combater os riscos psicossociais no trabalho, bem como uma melhor cooperação entre os diferentes setores estratégicos. Esta ação tem o potencial de gerar um considerável impacto positivo no mercado de trabalho e na economia.

Não basta concentrar a atenção no tratamento das doenças mentais para alcançar um bom estado de saúde mental e de bem-estar; também é importante promover ativamente o bem-estar mental no trabalho, na escola e na educação na primeira infância, bem como em todas as comunidades.

Uma boa saúde mental melhora a qualidade de vida das pessoas em todas as idades. Cada fase da vida tem tanto os seus facilitadores como os seus problemas de saúde mental. Porém, ao longo da vida, uma boa saúde mental e o desenvolvimento de competências em saúde mental reforçam a resiliência e a adaptação ao crescente ritmo de mudança no trabalho e na vida quotidiana, bem como à complexidade dos padrões de trabalho.

Registaram-se muitos progressos desde 1999, altura em que a saúde mental foi colocada pela primeira vez na agenda da UE em matéria de saúde². Apesar dos progressos resultantes, entre outros, da aplicação do Pacto Europeu para a Saúde Mental e o Bem-Estar³, a saúde mental está a tornar-se um dos maiores desafios de saúde do século XXI, tanto a nível europeu como mundial. As mudanças na vida profissional no que se refere ao conteúdo do trabalho, ao modo como as pessoas trabalham e à relação entre empregadores e trabalhadores irão reforçar esta tendência, estabelecendo exigências específicas em termos de competências sociais, emocionais e cognitivas. Em consequência destas mudanças, o capital humano organizacional é cada vez mais importante no mercado de trabalho, também alicerçado num bom estado de saúde mental.

As conclusões do Conselho sobre a economia do bem-estar chamam a atenção para a necessidade de promover uma boa saúde mental, bem como de promover a prevenção, o diagnóstico precoce, o tratamento e a eliminação do estigma associado às perturbações mentais. As prioridades estratégicas poderão incluir medidas que contribuam para a promoção da saúde mental, tais como a elaboração de diagnósticos e de programas de apoio mais sistemático, a promoção da não discriminação no trabalho e na educação e a redução do stresse no local de trabalho. Estas medidas melhorariam a vida de milhões de europeus e contribuiriam também para melhorar as suas condições de trabalho e, por conseguinte, para fortalecer a economia.

Uma estratégia abrangente e intersetorial da UE em matéria de saúde mental contribuirá para orientar políticas e ações a longo prazo com base em dados resultantes da investigação e de avaliações de impacto.

Definição da Década do Envelhecimento Saudável. A longevidade é, em larga medida, decorrente do êxito do modelo social europeu: muitas doenças foram ultrapassadas e a proteção social reduziu a pobreza e as desigualdades. O envelhecimento da população é uma consequência deste êxito e está associado a outras alterações demográficas.

² Resolução do Conselho, de 18 de novembro de 1999; sobre a promoção da saúde mental, JO C 86, 24.3.2000, p. 1-2

³ Pacto Europeu para a Saúde Mental e o Bem-Estar, 2008, https://ec.europa.eu/health/ph_determinants/life_style/mental/docs/pact_en.pdf (em inglês)

A promoção da saúde e a prevenção de doenças, as medidas de saúde pública, a luta contra as doenças graves e os progressos no domínio dos cuidados de saúde contribuíram para o aumento da esperança de vida. A promoção do envelhecimento ativo e saudável tem sido uma prioridade a nível nacional e europeu⁴, mas necessita agora de um novo ímpeto. A promoção da saúde ao longo da vida contribui para o aumento da longevidade, mas também para a redução dos custos dos cuidados.

Urge analisar o envelhecimento como algo mais do que uma questão de sustentabilidade da economia nacional. A longevidade fornece novas possibilidades ao mercado de trabalho e à economia, mas exige medidas de apoio que permitam que todas as pessoas contribuam ativamente para a sociedade e a vida ativa. Locais de trabalho seguros e saudáveis permitem uma vida profissional mais longa e previnem as doenças e os acidentes relacionados com o trabalho, bem como os custos conexos.

O envelhecimento afeta todos os setores da sociedade, como os cuidados de saúde, os sistemas de pensões, a habitação e os mercados de bens e serviços⁵. As respostas às alterações demográficas devem ser renovadas com um vasto leque de políticas. O objetivo comum consiste em elaborar e aplicar políticas de envelhecimento que possibilitem vidas ativas, saudáveis, inclusivas e independentes. A Presidência considera que os desafios estratégicos e as oportunidades apresentadas pelo envelhecimento devem ser avaliados de uma forma intersetorial que tenha devidamente em conta as questões geracionais e de género.

O envelhecimento não afeta todos os grupos socioeconómicos da mesma forma. Na opinião da Presidência, as desigualdades sentidas no seio da população idosa têm de ser eliminadas não só através do sistema de saúde e dos serviços sociais, como também através da garantia de um rendimento e pensões adequados e da redução da pobreza.

Há uma grande variedade de fatores que condicionam a saúde e que têm impacto na capacidade das pessoas de realizarem atividades diárias ao longo da vida. As medidas devem contribuir para a promoção do envelhecimento ativo e saudável, bem como para a prevenção dos problemas de saúde, apoiando a aprendizagem ao longo da vida de aptidões e competências que harmonizem a vida profissional e a familiar, capacitando as pessoas mais velhas e promovendo comunidades que lhes dêem apoio.

⁴ A Economia Grisalha. Panorâmica geral das atividades da Comissão Europeia em 2019, <https://silvereconomyforum.eu/wp-content/uploads/2019/07/Silver-Economy-Brochure.pdf> (em inglês)

⁵ Fórum de Alto Nível sobre a economia grisalha, Helsínquia, 9-10 de julho de 2019, <https://silvereconomyforum.eu/>

A inovação social e digital deve ser plenamente utilizada na procura de soluções para as alterações demográficas e na garantia de recursos para uma vida com dignidade⁶. Além disso, a previsão dos impactos futuros das alterações demográficas é uma condição prévia essencial para o êxito das políticas em todos os setores.

A sociedade digital em prol do bem-estar das pessoas. A evolução tecnológica, especialmente a digitalização e a inteligência artificial, está a mudar a forma como pode ser promovido o bem-estar das pessoas e como são prestados os cuidados nos serviços sociais e de saúde⁷. Essa evolução pode aumentar a relação custo-eficácia, a eficiência e a qualidade dos serviços, bem como combater as desigualdades em termos de acesso e de resultados. Em especial, os profissionais de saúde devem receber formação adequada para que o setor da saúde possa tirar pleno partido das novas tecnologias.

A digitalização tem o potencial para ser responsável por novos avanços na promoção da saúde e na resposta aos desafios colocados pelos cuidados de saúde. Os sistemas de informação digitais são cruciais para a criação de cuidados integrados. Os Estados-Membros podem aprender uns com os outros e trabalhar em conjunto para criar um ecossistema interoperável destinado à promoção da saúde digital, bem como criar programas de investimento para fomentar as infraestruturas digitais na Europa⁸.

Uma vez que a tecnologia se está a desenvolver rapidamente, é importante que toda a população possa adquirir aptidões e competências ao longo da vida, tanto para dar resposta aos desafios como para aproveitar as oportunidades da digitalização e das novas formas de trabalho. De acordo com muitos estudos, a utilização de ferramentas digitais depende das competências e dos conhecimentos digitais e não da idade enquanto tal, mas a falta de literacia digital entre os idosos e os grupos desfavorecidos deve ser resolvida.

O acesso das pessoas aos seus próprios dados sociais e de saúde é um elemento importante dos cuidados centrados no doente. Os sistemas digitais bem concebidos são seguros desde a conceção e respeitam as regras de proteção de dados e as normas éticas pertinentes. Os sistemas concebidos com base nestes princípios ajudam a tirar partido do potencial da saúde e dos dados sociais na saúde pública, na investigação e na inovação.

⁶ Conclusões do Conselho sobre um envelhecimento saudável e com dignidade, adotadas em 30 de novembro de 2009 (documento 15955/09)

⁷ Conclusões do Conselho sobre a saúde na sociedade digital – fazer progressos na inovação baseada em dados no domínio da saúde, adotadas em 8 de dezembro de 2017 (documento 14079/17)

⁸ Orientações da rede de saúde em linha para 2019, https://ec.europa.eu/health/sites/health/files/ehealth/docs/ev_20190611_co922_en.pdf (em inglês)

A fim de acelerar os trabalhos em curso sobre o intercâmbio transfronteiras de dados relativos à saúde, a Comissão lançou a ideia de um espaço europeu de dados sobre a saúde⁹. Esse espaço poderia inspirar-se na infraestrutura dos serviços digitais de saúde em linha para emitir receitas eletrónicas e obter resumos clínicos dos pacientes, nas consultas clínicas sobre pacientes com doenças raras no âmbito das redes europeias de referência e na colaboração emergente no sentido de reunir mais de 1 milhão de genomas sequenciados¹⁰, bem como noutras infraestruturas de investigação que apresentem benefícios obtidos através da partilha de dados de saúde. O espaço europeu de dados de saúde poderia ser apoiado por legislação europeia e nacional ou por outros instrumentos que apliquem na prática as regras em matéria de proteção de dados, segurança dos dados e princípios éticos conexos, em especial no que se refere à utilização secundária de dados sociais e de saúde.

⁹ Carta de missão a Stella Kyriakides, comissária indigitada para a Saúde, https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/mission-letter-stella-kyriakides_en.pdf (em inglês)

¹⁰ Comunicação da Comissão sobre a transformação da saúde e dos cuidados digitais (documento 6451/18) <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=COM:2018:233:FIN>

Conclusão

A economia do bem-estar baseia-se nos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, bem como nas abordagens "A saúde em todas as políticas" e "Uma só saúde", apoia a execução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e promove a cooperação e a coordenação intersetoriais a nível nacional e da UE. As recentes Conclusões do Conselho procuram reforçar o papel das políticas de emprego, de saúde, sociais e educativas no âmbito do processo do Semestre Europeu. No contexto acima descrito, a Presidência convida o Conselho a realizar um debate de orientação com base nas seguintes questões:

1. Ao desenvolver medidas concretas para promover a abordagem da economia do bem-estar, que ações são necessárias para garantir um contributo forte da política de saúde, ao mesmo tempo que se promove o diálogo intersetorial a nível da UE?
 - a) Mais especificamente, que elementos cruciais devem ser incluídos numa estratégia de saúde mental da UE que melhor apoiem os esforços dos Estados-Membros?
 - b) No contexto das alterações demográficas, que tipo de ações devem ser postas em prática para promover o envelhecimento ativo e saudável e para incentivar as políticas de prevenção do envelhecimento e baseadas na antecipação do mesmo?

2. Olhando para os próximos anos, como poderão os Estados-Membros e a Comissão trabalhar no sentido de criar um espaço europeu de dados sobre a saúde mediante iniciativas existentes e novas, que permitam uma melhor utilização dos dados relativos à saúde nos cuidados de saúde, na saúde pública e na investigação, a fim de beneficiar o bem-estar de todos?
